

Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Curso de Licenciatura em Pedagogia

Heloísa Maria Vieira de Melo
Normativas Educacionais acerca da Identidade de Gênero e
Sexualidade no Ensino Fundamental

Caruaru

2018

Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Curso de Licenciatura em Pedagogia

Heloísa Maria Vieira de Melo

Normativas Educacionais acerca da Identidade de Gênero e Sexualidade no
Ensino Fundamental

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal de Pernambuco
(CAA), para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eliana Ismael Costa

Caruaru

2018

Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Curso de Licenciatura em Pedagogia

Heloísa Maria Vieira de Melo

Normativas Educacionais acerca da Identidade de Gênero e Sexualidade no
Ensino Fundamental

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de
Pernambuco, para obtenção de título de licenciada em Pedagogia.

Data da defesa: 12/12/2019

Banca Examinadora

Orientadora

(Eliana Costa Ismael - UFPE)

1^a Examinadora

(Ana Maria Tavares Duarte - UFPE)

2^a Examinadora

(Orquídea de Souza Guimarães – UFPE)

Dedico este trabalho a minha filha e meu esposo, Livia e Rommel, por todo incentivo nesta caminhada longa, foram essenciais. A Mainha, só amor. Ao meu pai, onde estiveres, és luz em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A todos que fazem parte do Curso de Pedagogia, em especial ao corpo docente da UFPE-CAA, vocês mudaram minha forma de ver o mundo.

À professora Dra. Eliana Ismael, pela orientação, disponibilidade e todo o aprendizado proporcionado na construção deste trabalho, suas orientações levaram meu trabalho a caminhos aos quais não imaginava, tens minha admiração profunda.

As minhas amigas/irmãs que a faculdade me proporcionou conhecer, agradeço todas as risadas e choros, Amanda, Érica, Gaby e Renata, amo vocês.

A toda família Pinto, vocês são os melhores. Aos meus irmãos, Arcelina e Fellipe, gratidão. Mainha, obrigada por acreditar em mim. Tia Adelvany, por tantas palavras de amor e carinho dedicadas a mim. A dona Maria, pelos conselhos e incentivo aos meus estudos. Ao meu esposo, no momento mais crucial da minha jornada você me mostrou que estaria comigo de corpo, alma e coração. Por fim, ao meu bem mais precioso, filha, consegui! Amo você.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre os conceitos e os processos de sexualidade, formação de identidade e formação de identidade de gênero na infância. Especificamente, objetivamos analisar como essas questões vêm sendo vivenciadas ou não no âmbito escolar, amparada pelas normativas educacionais. Aborda questões relacionadas a gênero apontando como a própria etimologia de ser masculino e feminino, está vinculada a um padrão normativo e socialmente imposto. No capítulo I apresentamos os conceitos teóricos relacionados e sua importante discussão no âmbito escolar. Fazemos um recorte de alguns trabalhos da ANPED aproximados ao objeto do estudo e, tratamos acerca dos caminhos percorridos nos debates que envolvem gênero e sexualidade até chegar às Normativas Educacionais. No capítulo II fazemos uma análise das normativas educacionais nacionais LDB, PNE, PCN'S, RECNEI e, de projetos de lei em andamento no Congresso Nacional, como Escola sem Partido e Brasil sem Homofobia. As análises foram feitas na perspectiva de estudar os avanços e retrocessos no que tange à formação de Sexualidade, Identidade e Identidade de Gênero.

Palavras- chave: Identidade de Gênero, Sexualidade, Normativas Educacionais.

ABSTRACT

The current work deals with the concepts and processes of sexuality, identity formation and gender identity formation while in childhood. Specifically, we aim to analyze how these issues are being experienced or not in the school context, supported by educational norms. It addresses issues related to gender, pointing out how the etymology of being male and female itself is linked to a normative and socially imposed pattern. In chapter I, we present the related theoretical concepts and their important discussion in the school context. We make a cut of some ANPED works that are close to the object of the study, and we discuss the paths covered in debates that involve gender and sexuality until reaching the Educational Regulations. In chapter II, we analyze the national educational standards LDB, PNE, PCN'S, RECEI, and of bills in progress in the National Congress, as a School without a Party and Brazil without Homophobia. The analysis was made with the perspective of studying the advances and setbacks regarding the formation of Sexuality, Identity and Gender Identity.

Keywords: Gender Identity, Sexuality, Educational Norms.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OS CONCEITOS DE SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO E SUA IMPORTANTE DISCUSSÃO NA ESCOLA	11
3	APRESENTANDO AS NORMATIVAS EDUCACIONAIS ACERCA DE SEXUALIDADE E DE GÊNERO	28
3.1	LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	28
3.2	PNE - Plano Nacional de Educação	30
3.3	PCN´s - Parâmetros Curriculares Nacionais	33
3.4	RECNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.....	36
4	PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	39
5	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer uma discussão sobre gênero e sexualidade no âmbito da educação. Buscamos analisar como as normativas educacionais vêm garantindo ou não amparo para esse importante debate e quais os caminhos percorridos por essas normativas, em questões de avanços e retrocessos.

Nessa perspectiva, analisamos o processo histórico sobre gênero a fim de indicar que ao vincula-lo apenas à diferenciação entre masculino/feminino estamos validando um padrão socialmente imposto, entre o que pertence a um determinado sexo ou ao outro sexo. Através dos estudos do processo histórico, podemos perceber que as desigualdades entre sexos, amparadas pelo sexismo e patriarcado são construídas e que são reafirmadas mesmo antes do nosso nascimento. Considerando que, embora as lutas de minorias excluídas tenham alcançado seu espaço, é perceptível que o sexo masculino possui uma situação de favorecimento na sociedade.

Nesta pesquisa trabalhamos com a abordagem de estudo de gênero pós estruturalista, em que os significados são produzidos, nada é cravado. Louro (1997) afirma que

Expressando-se de formas diversas, por vezes aparentemente independentes, feministas e pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade; apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão do social abraçadas pelas esquerdas; problematizam os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência; questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social, etc.(LOURO, 1997.p. 29).

Para construção do presente trabalho, fizemos um levantamento das publicações no GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação) da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Destarte, justificamos a escolha pelo tema da necessidade do debate de gênero e sexualidade no âmbito escolar, uma vez que são notórios os altos índices de abuso sexual, no espaço familiar e fora dele. Os estudos também indicam como o patriarcado vai se moldando enquanto uma construção social que justifica as diferenciações apontadas entre o masculino e o feminino resguardada pela lógica hierárquica do gênero masculino sobre o feminino. Assim, buscamos analisar como as normativas educacionais têm amparado ou não, esse debate na sala de aula.

Voltamos nosso olhar para as normativas que tratam mais especificamente do Ensino Fundamental considerando que são nestes anos que as questões relativas a gênero e sexualidade se tornam mais explícitas.

Na primeira parte do trabalho buscamos apontar sobre os conceitos de gênero e identidade de gênero e a importância da discussão no âmbito escolar. Damos início trazendo abordagens de autores como J.M. Foucault, que trata das questões vinculadas à identidade, assim como a história da sexualidade. Para além deste e de outros autores/as que irão nos garantir embasamento teórico para o trabalho, nos amparamos em livros e periódicos produzidos pela autora Guacira Lopes Louro, hoje uma grande referência no que tange ao debate proposto neste estudo.

Na segunda parte, apresentamos as normativas que regem a Educação do país, fazendo um recorte datado do período de 2010/2018. Compreendemos que realizando esse recorte, podemos garantir um estudo mais aprofundado das mesmas. Nesta análise, fazemos uso dos seguintes documentos: LDB, PNE, PCN's e RECNEI. A terceira e última parte, apresenta a conclusão a respeito dos documentos analisados à luz do/as autores/as estudados.

Essa pesquisa justifica-se pela necessidade emergente, reforçada por elevados e crescentes números em assassinatos e violências sexuais constatados nas escolas atualmente. Consideramos ser a escola o espaço que deve discutir gênero e sexualidade, não omitindo o papel de família, mas que este trabalho aconteça em consonância a fim de formarmos uma geração consciente e, sobretudo uma sociedade igualitária.

Dessa maneira, temos como objetivo Geral: Identificar os Avanços e Retrocessos das Normativas Educacionais que versam sobre Sexualidade e Identidade de Gênero no Ensino Fundamental entre 2010 e 2018. Para responder ao objetivo proposto temos como objetivos específicos conhecer o processo de sistematização das Normativas Educacionais sobre Sexualidade e Identidade de Gênero na primeira fase do ensino fundamental e Analisar as Normativas Educacionais sobre Sexualidade e Identidade de Gênero.

2 OS CONCEITOS DE SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO E SUA IMPORTANTE DISCUSSÃO NA ESCOLA

Neste capítulo, fazemos uma abordagem do conceito de Sexualidade, identidade e identidade de gênero, sob a ótica dos estudos pós estruturalistas que debatem na psicologia e na pedagogia as questões de gênero e seus determinantes influentes nos processos educacionais. Nessa perspectiva apontamos que é de suma importância conhecer o conceito para depois inserir seu debate no âmbito escolar. Procuramos explicar, o conceito de identidade para depois nos aprofundarmos sobre os conceitos tratados. Bock nos apresenta identidade como

Identidade é a denominação dada às representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências. A identidade é a síntese pessoal sobre o si-mesmo, incluindo dados pessoais (cor, sexo, idade), biografia (trajetória pessoal), atributos que os outros lhe conferem, permitindo uma representação a respeito de si. Este conceito supera a compreensão do homem¹ enquanto conjunto de papéis, de valores, de habilidades, de atitudes etc., pois compreende todos estes aspectos integrados — o homem como totalidade — e busca captar a singularidade do indivíduo, produzida no confronto com o outro. (BOCK, 2001, p.190)

A diferença entre homem e mulher esteve por muito tempo baseada na diferenciação apenas biológica entre os sexos. Esta lógica esteve sempre embasada na posição superior do homem em detrimento à mulher e, há diversos motivos justificadores dessa questão. Embora essa lógica de superioridade masculina seja muito presente e forte na atualidade, a discussão sobre identidade de gênero há muito vem ganhando espaço e importância na ciência, especialmente nas discussões sobre seu conhecimento na escola.

Louro é uma autoridade nos assuntos de gênero e a complexidade escolar, renomada com referência a estes estudos, é a criadora do GT Gênero e Educação na ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) tem vasta publicação na área que, em sua maioria são pensados no campo da educação. Louro (2007) argumenta que gênero foi um conceito desenvolvido para contestar a naturalização das diferenças sexuais em diversos espaços de disputa, além do que, o conceito não se restringe apenas aos papéis assumidos por homens e mulheres na sociedade, mas em sua forma mais ampla, diz respeito às relações de poder que estão

¹ As autoras se referem ao ser humano, não apenas ao homem e, é desta forma que apresentaremos os conceitos todas as vezes que falarmos de humanos.

implicadas entre masculino e feminino. O conceito de sexualidade por sua vez, vincula-se à forma como os sujeitos expressam seus desejos e prazeres na relação com os outros e/ou com seus próprios corpos.

Logo, percebemos que existe uma distinção dada desde o nascimento, essas são baseadas em estruturas físicas do corpo e irão indicar a definição do sexo. Já a concepção de Gênero está ligada a como se dá a diferenciação entre esses sexos a partir do seu contexto social e das próprias práticas, criadas a partir da lógica de definição padronizada de pertença masculina ou feminina. Assim, quem nasce com o sexo feminino a depender dos espaços que o/a cerca, terá seus comportamentos feminilizados assim como acontece com a masculinidade. Gênero é um conjunto de representações polarizadas de masculinidade e feminilidade, materializadas nos corpos/subjetividades e nas práticas/instituições sociais. (CARVALHO, ISMAEL e MELO, 2008, P. 1)

Como nos afirmam GOUVEIA, ISMAEL E CAMINO, 2008, p. 81; “Gênero é um conceito formado a partir de contextos culturais, os quais tornam os comportamentos masculinos e femininos percebidos diferentemente”. Assim

Gênero é, portanto, um conjunto de elementos criados na e pela cultura, que influenciam diretamente os papéis desempenhados por homens e mulheres, os quais determinam hierarquicamente seus lugares nas sociedades. (GOUVEIA, ISMAEL E CAMINO, 2008, p. 81)

Dessa maneira, percebemos o quanto a identidade de gênero é determinante para compreender não só o que significa desenvolver-se e tornar-se mulher ou homem, mas compreender as múltiplas relações de poder submetidas a estas identidades e suas consequências nas relações sociais do cotidiano.

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambigüidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de "marcas" biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma "marca" definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo. (LOURO, 2000, p.8)

É comum que desde nossa formação ainda no ventre na mãe comecem os estereótipos do que é de menina e de menino. Essas características vão se moldando com o passar dos anos e como nos afirma Louro, parece que as marcas vão se concretizando até definir “sua identidade”. Na verdade, pouco se questiona o motivo dessas condições, existe uma condicionante em segui-lo e aqueles que fogem desta condição por não se reconhecerem nela, são questionados por não se adaptarem ao estereótipo dito correto para seu gênero.

Concordamos com Louro (2007) quando afirma que a identidade é um processo que está sempre em construção. Para a autora não é possível fixar um momento em que a identidade seja estabelecida. Ressalvamos a importância do trabalho na escola com questões vinculadas a gênero e sexualidade, respeitando os limites possíveis para o tema na educação infantil e, aprofundando a temática no ensino fundamental e posteriormente no ensino médio, os quais reconhecemos serem propensos a maiores dúvidas, desejos e anseios dos/as estudantes, relacionadas às mudanças do corpo e subjetividade dos indivíduos.

Destacamos que o espaço ocupado pela mulher dentro da sociedade é um espaço conquistado com lutas e que muitas vezes é inferiorizado, atrelado à ideia de poder da masculinidade. Segundo Louro

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e *justificar* — a desigualdade social. (LOURO, 1997, p. 20).

Percebemos assim que a luta não está resumida as mulheres e, que a discriminação existente, considerando as minorias sociais, nos leva a perceber quão importante é o debate acerca da visibilidade destas minorias. Destacamos assim o papel da escola enquanto espaço de formação e diálogo.

A pedagogia feminista propõe um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes na sala de aula tradicional (Louro,1997). A autora ainda indica como as relações de poder são exercidas prioritariamente na forma de rede, em detrimento a um movimento unidirecional, nesse sentido, uma educação não sexista terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de

poder. Para o combate às múltiplas formas de desigualdade expressas e praticadas na escola cotidianamente, é necessário compreender suas formas de produção e reprodução. Para tanto, é preciso compreender desde seu processo histórico aos dias atuais.

Na antiguidade a sexualidade não era vista como um tabu, pois sempre foi uma atividade própria e necessária à vida humana. Esta visão simples e prática, conduzida sem muitas regras ou orientações, foi aos poucos se transformando com os eventos do processo civilizatório e impregnando-se de concepções filosófico religiosas, especialmente com o processo educacional, cultuado pelas práticas oriundas do cristianismo, em que as atividades sexuais deviam ser realizadas apenas com o intuito de procriação. Para M. Foucault, filósofo de referencia teórica sobre o tema

É a partir do século XVII com o surgimento do cristianismo que a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. (FOUCAULT, 2009, p.9)

Segundo o filósofo, o sexo era entendido na sociedade cristã como matéria de exame, vigília e confissão, com objetivo de transformar seu valor e prática e especialmente sua compreensão e discurso sobre o tema. O autor analisa que o “Poder da fala” sobre a sexualidade era restrito as instituições como a igreja, os profissionais da saúde e poucos outros elegidos, no sentido de coibir e orientar para a procriação. Esse discurso mostra que o modo de olhar e viver a sexualidade passou a ser permitido a alguns e, a outros indivíduos era orientado apenas a repressão e o domínio dos anseios naturais do processo. É muito compreensível, uma vez que não falar em sexualidade condiz com a “ideia correta de adesão ao modelo humano exigido”, por muitos séculos disseminado nas sociedades civilizadas. Foucault (2009) enfatiza que a história da sexualidade supõe duas rupturas, uma no século XVIII com o nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial e outra no século XX, momento em que os mecanismos de repressão começam a afrouxar.

Guacira Louro faz uma análise detalhada sobre o processo de aculturação a que a sexualidade está submetida, não só a sexualidade, mas toda a compreensão construída de corpo e seus usos. Existem funções específicas de controle da população para as quais foram criadas as regras acerca da compreensão da sexualidade, não se trata apenas de controle da relação do ser humano com o prazer, mas do controle das pessoas em sociedade, uma vez que o prazer é buscado por todos humanos, de maneira consciente ou inconsciente, Para Louro

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos "naturalmente". Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. (LOURO,2000, p. 6)

Juntando-se a esse movimento de controle podemos entender a luta escolar para conseguir espaço nesse debate, uma vez que precisou moldar-se a seu principal precursor, o cristianismo. Vejamos

A educação da criança deveria então estar voltada a evitar esse “mal” da masturbação, e todos os profissionais deveriam estar atentos para evitar tal conduta. No caso da escola militar, a luta contra o homossexualismo e contra a masturbação é contada pelas próprias paredes. (FOUCAULT, 1992, p. 213).

Aqui, consideramos importante ressaltar que o termo homossexualismo não é mais utilizado, o sufixo “ismo” que faz referencia a patologias, foi excluído desde a década de 1990 e hoje resignificado pelo termo homossexualidade. Segundo o dicionário de comunicação LGBT ²

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, considerando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, que “há, na sociedade, uma inquietação em torno das práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente” (qual seja, a heterossexualidade), e, especialmente, que “a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações”. Assim, tanto no Brasil como em outros países, cientificamente, homossexualidade não é considerada doença. Por isso, o sufixo “ismo” (terminologia referente à “doença”) foi substituído por “dade” (que remete a “modo de ser”). (ABGLT, 2008,p.11)

²-O manual de comunicação LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) é voltado para profissionais, estudantes e professores da área de comunicação (Jornalistas, Radialistas, Publicitários, Relações Públicas, Bibliotecários, entre outras pessoas).É um dos objetivos da atual diretoria da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, e de ativistas ligados ao segmento LGBT no Brasil, reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade da população LGBT no país, seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho.”

No Brasil, a educação sexual sofreu uma forte influência da concepção médico-higienista, preocupados em combater o que se chamava de “doença” e em preparar mãe para o papel de esposa, a sexualidade era vista apenas como uma questão a ser cuidada pela saúde pública.

Na concepção Médico-Higienista, a sexualidade é reduzida à genitalidade e a um problema de saúde pública. Esta tem como características: ênfase na prevenção do contágio de DST/AIDS; linguagem anatômica, clínica, de uso comum entre os médicos e de difícil acesso e compreensão à maioria da população; o sexo é classificado na ordem da disfunção e das anomalias; corpo entendido como um conjunto de órgãos e aparelhos que possui a função de reprodução e; negação do prazer (GESSER e LIZ, 2010, p.1).

A masturbação foi considerada por muito tempo como um desvio de conduta e até mesmo uma doença que deveria ser tratada o quanto antes e extirpada dos hábitos cotidianos.

De acordo com Guimarães (1995), nos anos anteriores à década de 1960 a educação pública brasileira ainda estava se configurando timidamente e havia uma severa repressão à educação sexual, remanescente de épocas anteriores mais conservadoras e ainda fortemente presente naquele período. Posteriormente, esta compreensão e orientação se enrijeceu tomando formatos mais repressivos, época em que ocorreu no país um longo período de hipertrofia sobre qualquer temática promotora de autonomia dos indivíduos, consequente da ditadura, sistema político autoritário imposto. Havia então um sistema de ensino nacional bastante coercitivo, de modo que tanto a veiculação de informação sobre sexualidade humana, quanto a sua manifestação entre jovens estudantes ou adultos estavam proibidas (ROSEMBERG, 2001). O advento do golpe militar de 1964, registrado nos livros de história do Brasil tem indicado graves desrespeitos às minorias sociais. Apesar da importância do momento histórico acima citado, especialmente sua análise na contemporaneidade, em que a sociedade brasileira vive uma onda de conservadorismo, com perspectivas de retrocessos quanto à mudança de políticas públicas educacionais atuais, neste trabalho tratamos apenas de alguns pontos relevantes ao objeto central da pesquisa em foco.

O regime militar ficou marcado pela perseguição política, desrespeito a democracia e repressão àqueles que fossem contrários ao regime vigente. A liberdade de expressão era quase inexistente e os meios de comunicação eram silenciados pela forte censura. Esse período durou de 1964 a 1985 e deixou marcas no nosso país até os dias atuais. De acordo com o site que trata de temas voltados ao debate sobre esta época, (Do

populismo ao golpe, 2016), não bastasse à perseguição a educadores/as em função de seus posicionamentos ideológicos, muitos saíram do silêncio ao exílio. Em casos onde não houve demissões, esses profissionais trocaram de função, Alguns professores/as não suportaram ver tanta imposição no que diz respeito à disciplinas que passaram a ser obrigatórias, as quais indicavam tratar da moral cívica, também ao próprio material didático oferecido e demais meios de perseguição, como escutas.

Em 1964 com o analfabetismo chegando ao número extremo de 40% da população, o governo cria o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que mais adiante é extinto entre denúncias de corrupção. Para Assis

A ditadura militar no Brasil foi um período marcado por mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, e principalmente, por lutas e repressão. No bojo deste regime autoritário, a educação precisou se ajustar às precárias condições de financiamento, espaço físico, recursos materiais, qualificação profissional, dentre outras. (ASSIS, 2012, p.397)

Durante a década de 1980, após esse momento negro da história da educação, o Brasil passou por processos de recuperação da democracia e abertura política em todos os sentidos. Lento e gradativamente, o país foi olhando mais para sua realidade e criando políticas públicas essenciais para o modo como hoje se entende educação e escola. Segundo Louro

De fato, a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença (AIDS) fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação, passassem a estimular projetos de educação sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para a educação do País). Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano a associação ao prazer e à vida (LOURO, 2008, p. 36).

Para tanto, é preciso compreender nesse processo histórico, a total resistência expressada contra o debate das temáticas de gênero no âmbito escolar. Apenas a preocupação com a educação sexual ganha alguma visibilidade em uma proposta médico-higienista, vinculando a descoberta do corpo à questões de saúde que deveriam ser combatidas.

Durante as décadas de 60 e 70, a penetração da educação sexual formal na escola enfrentou fluxos e refluxos, como mostra Fúlvia

Rosemberg. Na segunda metade dos anos 60, algumas escolas públicas desenvolveram experiências de educação sexual. Todavia, elas deixam de existir em 1970 após um pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário a um projeto de lei de 1968 que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. Em 1976, a posição oficial brasileira afirma ser a família a principal responsável pela educação sexual, podendo as escolas, porém, inserir ou não a educação sexual em programas de saúde. Durante os anos 80, a polêmica continuou. Todavia, afirma à autora, as modificações ocorreram quase que exclusivamente em nível de discurso. (ALTMANN, 2001, p.579)

Nos cadernos da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade) encontramos a seguinte afirmação, sobre o final da década de 90 e sua relação com o debate sobre gênero e sexualidade

Assistimos, no interior do movimento, ao crescimento e ao aprofundamento da percepção de que grupos LGBT possuem considerável capacidade estratégica não apenas em ações de prevenção da AIDS, mas também em ações de formação para o enfrentamento da homofobia. Paralelamente, consolidava-se a compreensão de que a escola é, entre outros lugares, um espaço privilegiado de formação cidadã e de luta contra toda espécie de preconceitos. (BRASIL, 2007, p. 14)

Ainda segundo este mesmo exemplar, um número considerável de campanhas foi realizado pelo movimento LGBT e outras entidades da sociedade civil, mas as iniciativas continuavam a gerar resultados em torno da discussão sobre prevenção da AIDS e de doenças sexualmente transmissíveis como foco principal. No entanto, o debate acerca de gênero e sexualidade ganhava espaço nos âmbitos de saúde pública, conciliada a importância desse debate nos espaços escolares.

Desde sua introdução, as temáticas de identidade de gênero e sexualidade foram palco de debates controversos. Os motivos dessas contraposições são vários. Nos estudos realizados para este trabalho, sempre observamos que tanto as famílias como as instituições escolares, foram amplamente influenciadas por concepções advindas do patriarcado, por crenças religiosas e pelas mídias em geral, as quais têm papel fundamental na formação de conceitos da população em geral.

Segundo Joan Acker, o patriarcado pode ser caracterizado “como diferenciações estruturais, relacionais e simbólicas entre mulheres e homens” (Acker, APUD, Brah, 2006). Brah aponta que “relações patriarcais são uma forma específica de relação de gênero em que as mulheres estão numa posição subordinada.” (Brah, 2006, p. 351). Nesse sentido, consideramos essencial o conhecimento e o debate sobre identidade de

gênero, a fim de ampliar o acesso aos temas intimamente ligados à concepção patriarcalista muito impregnada na cultura brasileira, cuja característica determinante é a superioridade masculina em detrimento à feminina. A ideia é trazer para os espaços comuns de socialização como a escola, o debate da formação de identidade de crianças, a conscientização da superioridade masculina que permeia o espaço escolar desde a educação infantil, muitas vezes involuntárias de professores e professoras. A importância de estudos sobre a reprodução de gênero está presente nos fóruns científicos já algum tempo, como apontam Carvalho, Ismael e Melo

Enfatizamos que a construção de identidades e relações de gênero é uma construção educacional e que é importante estudar a reprodução de gênero na educação infantil, nível escolar ainda pouco pesquisado desta perspectiva no Brasil. Lembramos que a escola infantil é atualmente um contexto privilegiado de socialização primária, considerando o ingresso das crianças a partir dos quatro meses de idade, e sua longa permanência diária, das 7 às 17 horas em algumas creches e pré-escolas. Nos espaços e rotinas escolares, a construção objetiva e subjetiva de gênero se dá, inicialmente, de forma implícita e silente através da vivência de uma pedagogia organizacional e visual que impõe objetos, lugares, atividades, interações e papéis às crianças, antes mesmo que possam se auto-identificar como menino ou menina. (CARVALHO, ISMAEL E MELO, 2008, p. 2)

A escola brasileira, embora declare-se laica em seus documentos constitucionais, (BRASIL, 1988) é influenciada por concepções de fundo religioso, tanto em sua visão de mundo, quanto em suas práticas educativas, dado a secular importância dessas instituições na formação da nação. No país seguimos um calendário escolar basicamente estruturado a partir dos festejos católicos e, muito embora essa ligação direta não seja afirmada explicitamente pela escola, observamos que sob a alegação de preceitos religiosos, o currículo e as orientações educacionais acerca de sexualidade são muitas vezes negados, apesar dessas orientações serem garantidas pelas políticas educacionais vigentes.

Isto não significa que estas práticas são de fácil elaboração. Para as instituições de ensino tem sido um desafio constante. A escola, reconhecida como segunda casa para crianças e adolescentes tem se omitido do seu papel de formadora e, negado conhecimentos científicos essenciais à compreensão do desenvolvimento do ser humano em sua constituição sexual e identitária, especialmente nos primeiros anos de formação quando muitos estudantes permanecem por longo tempo e, na educação infantil ainda mais, com o período integral. Para Carvalho, Ismael e Melo

Desde as primeiras experiências com o meio ambiente físico e social, a criança capta e elabora impressões das relações espaciais/sociais e de seu lugar nelas. Tais impressões, inicialmente sensoriais e concretas, vão se complexificando e se inscrevendo nas estruturas cognitivas como pensamento/sentimento e linguagem, tornando-se parte do mundo simbólico da criança (representação, valor, crença, identidade), através de interações sociais regulares, rotineiras, envoltas em emoções e desejos. (CARVALHO, ISMAEL E MELO, 2008, p. 3)

Percebemos ao longo deste estudo que tanto as práticas, quanto a própria relação com o espaço e suas regras, distanciam-se do debate sobre sexualidade e identidade de gênero e orientam-se o debate à atribuição extra escola, mais especificamente à família, desconsiderando-se que a maior parte do dia é na escola que a criança se encontra e assim, desenvolve sua relação com os outros, construindo percepções acerca da sexualidade. Como aponta Ellis; "O sexo penetra a pessoa inteira; a constituição sexual de um homem é parte de sua constituição geral". Há uma considerável verdade na expressão: "um homem é aquilo que o seu sexo é" (Ellis, APUD, LOURO, 2000 p.27). Compreendemos assim que o sexo aqui seria, portanto, "um elemento essencial na feitura corporal de uma pessoa ("constituição"), é o determinante de nossas personalidades e identidades" (LOURO, 2000, p.27). A constituição sexual e identitária vai construindo-se a partir dos espaços aos quais frequentamos e a dinâmica vivida nesse espaço enquanto relação de poder, como nos explica Louro

Nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder. (LOURO, 2000, p.28)

A escola é o primeiro espaço de convivência com o diferente, diversas realidades que difundem umas das outras e nos fazem conhecer novas formas de vida. Não que o espaço familiar seja homogêneo, mas considerando o número de pessoas que nos cercam a partir da vida escolar, é nela que tendemos a desenvolver uma visão de sociedade. Um modelo de educação tradicional, pautado na lógica da família nuclear não gera espaço para debates sobre as questões vinculadas a gênero e sexualidade. A escola com a lógica tradicional acaba por disseminar uma visão de mundo com estereótipos rígidos sobre o ser menino e o ser menina.

No espaço escolar cabe a orientação de realidades que diferem umas das outras e o trabalho com o respeito às diferenças, sejam elas de classe, cor, opção sexual ou

religião. Louro afirma que a escola enquanto espaço de formação de opinião e transmissora de conhecimento, tem contribuído para manutenção das relações desiguais, colaborando com uma sociedade segregada e opressora.

Observamos em nossos estudos sobre o tema que, enquanto o conceito de identidade de gênero é tratado como mera diferenciação entre homem/mulher, as explicações e discussões sobre sexualidade é pouco ou nada focado nas escolas.

A ausência de orientações se fundamenta na relação do assunto com as expressões de desejo, prazer e conhecimento do próprio corpo e o do corpo outro. Tais dificuldades perpassam tanto pelo senso dos/as profissionais responsáveis pela escola, quanto pela ausência de formação atualizada sobre os temas.

Para garantir uma maior aproximação com o tema, realizamos pesquisas no site da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) entre os anos de 2010 e 2017, evento científico bianual da área pedagógica, escolhido por sua importância na área. A busca entre esses anos justifica-se pela necessidade de trabalhos mais atuais e que contemplem nossa discussão em torno do nosso objetivo geral. Realizada uma leitura flutuante desses trabalhos, notamos que apresentavam um debate sobre os temas gênero e sexualidade, articulado entre escola sem partido, trabalho docente a profissionalização, a relação entre teoria e prática dentro do currículo, experiências religiosas, educação infantil, orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais e gênero, sexualidade e políticas públicas de educação.

Feita a organização dos trabalhos, no estado de arte, realizamos uma leitura mais aprofundada daqueles com os quais notamos uma aproximação maior, quais sejam, a relação entre gênero, sexualidade e normativas educacionais. Voltado especificamente para essa área, encontramos três trabalhos que contemplaram o tema deste trabalho. Publicado em 2015 na ANPED por Guizzo e Felipe, o texto trata sobre os avanços e retrocessos nas políticas relacionadas a gênero e sexualidade, discutindo o que tem dificultado a inserção desse tema nas escolas em função da resistência de setores conservadores. Para as autoras

Por séculos, homens e mulheres foram diferenciados, por disputas de poder, utilizando-se para isso argumentos relacionados à suas possíveis “essências” principalmente levando em conta aspectos biológicos. Porém, graças a novas perspectivas teóricas, que pretendem “abalar certezas”, como os Estudos Culturais, os Estudos

de Gênero, os Estudos Gays e Lésbicos e a Teoria Queer, tem sido possível procurar novos caminhos para tratar de temas tão recorrentes e importantes, em especial no campo da educação. (GUIZZO e FELIPE, 2015, p. 3)

Outra pesquisa que se aproxima do nosso campo é a de Monteiro (2017), apresentando uma análise de gênero e sexualidade no PNE 2014\2024 e o projeto de lei escola sem partido. O autor trata sobre a limitação da liberdade do trabalho docente, assim como sua força para potencializar a consolidação de identidades, oportunizando crianças e jovens a viverem em meio a crenças e valores diferentes e se empoderar nas buscas dos seus direitos. Segundo Monteiro

As desigualdades e preconceitos de gênero ainda estão presentes no nosso dia a dia, apesar de avanços inegáveis alcançados em nossa sociedade nos últimos anos. Por qual motivo discussões que envolvem questões de gênero deveriam ser excluídas do ambiente escolar? Por que este deveria ser o primeiro tema transversal a perder o seu status? Aqueles que defendem tal retrocesso alegam neste caso específico que lutam contra a “ideologia de gênero”. Alegam que a categoria “gênero” está promovendo uma re-engenharia social, que resumidamente constitui uma ameaça às crianças e põe em risco a família tradicional. (MONTEIRO, 2014, p. 2).

A pesquisa de Costa e Silva (2015) é um recorte de uma dissertação de mestrado que faz uma análise das construções de identidade de gênero sob a ótica da produção científica e do RECNEI. A autora apresenta o conceito de identidade e identidade de gênero na perspectiva dos Estudos Culturais. Em seguida discorre sobre a construção de gênero na educação e na Educação Infantil. E, por fim, aborda-se a construção da identidade e das identidades de gênero nas creches e pré-escolas conforme o volume 2 – Formação Pessoal e Social do RCNEI (BRASIL, 1998) articulando-a a produção levantada nos dois GTs da ANPED.³

Quanto à leitura dos demais trabalhos, ressaltamos que permitiram uma aproximação maior com o tema e questões que o envolvem.

Queremos defender neste trabalho a perspectiva de que abordar os conceitos de identidade de gênero e desenvolvimento da sexualidade humana na escola garantem o acesso à informação e, torna natural aquilo que é desconhecido. Embora ainda tratados como tabus, são temas que tem recorrentemente batido as portas das famílias e da escola

3

GT 07 Educação de Crianças de 0 a 6 anos e GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação.

nas mais variadas formas, tais como: violências físicas e/ou psicológica, decorrentes de ausência de conhecimento e preconceitos generalizados.

Para Guizzo e Felipe

Mesmo que pequenos avanços venham ocorrendo no sentido de minimizar desigualdades de gênero e sexualidade, ainda há desrespeito por parte das crianças, jovens e adultos que circulam pelos espaços escolares com relação a sujeitos que não se vinculam a sexualidade heterossexual, bem como a mulheres. Com o propósito de diminuir preconceitos e discriminações é que algumas iniciativas têm sido pensadas, porém sua implementação têm sido dificultada e até mesmo suspensa. A exemplo disso pode ser citado o Programa Brasil sem Homofobia que, como foi mencionado anteriormente tinham como um dos seus objetivos a distribuição do “kit Escola sem Homofobia” que procura incentivar o combate à violência e à discriminação contra sujeitos cuja orientação sexual não era heterossexual. (GUIZZO e FELIPE, 2015, p. 12)

Em 2004 o governo federal cria o programa BSH (Brasil sem Homofobia) com o apoio do conselho nacional de combate a discriminação. Um dos principais objetivos do programa é promover o respeito e a cidadania a população LGBT. Apoiados pelo relatório anual (2014) do GGB (Grupo Gay da Bahia) que aponta um assassinato a cada 27 horas em relação à população LGBT.

O BSH tem como suas principais ações

a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (BRASIL, 2004, p.11).

Consideramos relevante chamar a atenção, especialmente neste ano de eleição presidencial 2018, em que a população tem sido extremamente invadida com informações reconhecidas falsas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral, 2018), a respeito de orientações dadas pela escola e programas inexistentes, como o “Kit Gay”. Assim, tem sido publicado amplamente na mídia, que o Brasil está entre os países do planeta, o que mais assassina pessoas de orientação sexual distinta da heterossexualidade, os nomeados LGBTs. (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).(Grupo Gay da Bahia, 2017).

O programa BSH nomeado acima e chamado pejorativamente de “kit gay”, foi uma iniciativa não governamental constituída por um material didático (filmes e cartilhas para professores/as) visando promover a cidadania e os direitos humanos da comunidade LGBT. Dentre as principais propostas do governo estava combater a homofobia nas escolas, o que fez com que o ministério acreditasse que teria respostas na sociedade.

O material do BSH ganhou visibilidade pela resistência da bancada evangélica. Em 2016 o então deputado Jair Bolsonaro gravou um vídeo fazendo duras críticas ao programa alegando que o mesmo “induzia” nossos jovens a escolha de sua opção sexual. Em 2018 o candidato, agora concorrendo à presidência, volta a alegar em debates e propagandas a existência desse kit e dessa vez associa o mesmo ao uso do livro “Aparelho Sexual e CIA”, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) obriga os candidatos a retirar de seus programas a existência dessa propaganda, o jornal nacional divulga uma matéria em que desmente a existência desse livro em escolas públicas e o ministério da educação divulga uma nota negando o uso do material.

O Ministério da Educação (MEC) informa, em nota, que não produziu e nem adquiriu ou distribuiu o livro “Aparelho Sexual e Cia”, que, segundo vídeo que circula em redes sociais, seria inadequado para crianças e jovens brasileiros. O MEC afirma ainda que não há qualquer vinculação entre o ministério e o livro, já que a obra tampouco consta nos programas de distribuição de materiais didáticos levados a cabo pela pasta. O vídeo que circula nas redes sociais sustenta que o governo distribuiu e, assim, estaria “estimulando precocemente as crianças a se interessarem por sexo”. (...) O vídeo que apresenta as obras como sendo do MEC, em nenhum momento, comprova a vinculação do Ministério aos materiais citados, justamente porque essa vinculação não existe. (MEC, 2018)

Acreditamos que seja de extrema relevância que a sociedade possa conhecer os projetos que tramitam no senado no que tange nossa educação e a relação docente/estudante em sala de aula.

Em 2015 é apresentado ao senado o projeto de lei Escola sem Partido 867/2015 (BRASIL, 2015) que busca incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa escola sem partido. No artigo 4º que trata das funções do/a docente, o inciso III apresenta que; “o professor, não fará propaganda político-partidária, nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”. Percebemos no campo das leis, que esta, apresenta um dos maiores retrocessos na educação brasileira,

uma vez que, proíbe o/a docente entre outras atividades, a não desenvolver a criticidade do/a estudante. A lei deixa espaço, inclusive, para que o município abra um setor responsável por receber reclamações contra docentes e em casos de não atendimento, a reclamação deve ser encaminhada para o Ministério Público.

Na justificativa da lei encontramos a seguinte citação

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral-especialmente moral sexual- incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis”. (BRASIL, 2015)

Frigotto (2017) nos alerta para os perigos e ameaças à formação e à emancipação humana fundamentada em valores da democracia, e do respeito às diversidades existentes em nossa sociedade.

Concordamos com Frigotto quando afirma

A pedagogia da confiança e o diálogo crítico são substituídos pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores”. Isto porque incomoda aos setores conservadores do país que o ato de educar seja um “confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. (FRIGOTTO,2017, p.8)

A partir da visão do autor acima, atentamos para a necessidade de uma educação aberta ao diálogo, onde o papel do/a docente transcenda a mera reprodução de conteúdos. A sala de aula não pode se tornar um espaço de silenciamento deste profissional, visto que uma das suas principais funções é promover uma educação de pluralidades, a qual o seu aluno/a conheça e reconheça a grande diversidade presente no nosso país.

Segundo dados da Rede Transbrasil e do GGB- Grupo Gay da Bahia, em 2006 foram um total de 144 mortes. Entre outubro de 2015 e setembro de 2016, o número foi de 123, o que colocou o Brasil em primeiro lugar na escala, seguido apenas pelo México. No primeiro quadrimestre de 2017, este índice subiu em 18% em relação aquele registrado durante o mesmo período no ano de 2016.

Diante dos números apresentados, reconhecemos o grau de intolerância à diversidade humana no Brasil. Salientamos a importância do trabalho na escola para

orientar, sobretudo os jovens quanto às questões ligadas a homofobia. É preciso trabalhar na escola argumentos vinculados a identidade de gênero e sexualidade, não apenas com orientações pautadas em temas como gravidez na adolescência ou DST's, como é conhecido ser feito. Há necessidade de ir além e abordar a importância de convivência com os vários tipos de humanos que compõem a sociedade, além de orientar sobre o conhecimento do próprio corpo, a fim de fomentar concepções de civilidade e respeito entre crianças e jovens.

É importante ressaltar que, na medida em que a escola ainda é uma das mais importantes instâncias implicada na produção das diferenças e no combate às desigualdades, torna-se cada vez mais necessário tratar das temáticas de gênero e sexualidade em momentos de discussão e reflexão. Desse modo a escola estaria dando conta daquilo que se convencionou, em alguns momentos legais, a chamar de Temas Transversais. (GUIZZO e FELIPE, 2015, p. 12)

Com o modelo educacional atual, notamos que grupos que foram silenciados há muitos anos por força de discriminação ou exclusão social, começaram a se articular e reivindicar seus direitos. A luta ganhou ênfase com a organização desses grupos e a conquista de políticas públicas que favorecessem aos mesmos. O debate sobre identidade de gênero e sexualidade foi dos temas que ganhou maior visibilidade. A passos curtos e com ajuda da mobilidade de grupos minoritários, os termos identidade de gênero e sexualidade foram inseridos nas leis e apressaram os debates nas comunidades em geral. Segundo Viana

O exame das políticas públicas de educação, a partir da perspectiva das relações sociais de gênero, e o contexto no qual elas são produzidas evidenciam um tenso processo de negociação, que determina a supressão e/ou a concretização de reformas, planos, projetos, programas e ações implementados – separada ou articuladamente – pelo Estado e pelos movimentos sociais que pressionam por novas políticas públicas; pela ocupação de espaços na administração pública; e pelo reconhecimento de novas formas de desigualdade. Tanto o Estado quanto os movimentos, nas suas respectivas pluralidades, articulam-se e/ou disputam acirradamente interesses sociais que se fazem presentes nesse processo. Nessa arena de relações necessariamente conflituosas e, por vezes, contraditórias, a formulação dessas políticas, bem como a produção de conhecimento sobre elas, remete à discussão de complexidades. (VIANA, 2012, p. 130)

Discutir identidade de gênero e sexualidade junto ao currículo se faz cada vez mais importante, dessa maneira precisamos nos encontrar amparados pelas normativas educacionais a fim de que os conservadorismos da escola e da família predominem

acima das regras e normas instituídas por leis e parâmetros para a educação no Brasil.. Para Louro (2015) nem sempre esse conservadorismo está presente na família, muitas vezes no lar aquela criança é posta em situação de brincadeiras com meninos e “de meninos”, mas ao chegar à escola a garota ouve o discurso; “ao terminarem de lanchar TODOS podem sair”. Segundo a autora, a masculinidade não está apenas presente na própria gramática, mas nos moldes da sociedade em si. “Se aquele mesmo grupo de alunos e alunas ouve: “ao terminarem o lanche TODAS podem sair”, certamente algum aluno irá indagar: ”E eu tia? ”Por essa razão vale a luta por uma educação igualitária, aqui exemplificamos um debate entre gênero masculino ou feminino, todavia destacamos que esses exemplos nos dão base para compreendermos outros moldes de exclusão, como a própria luta LGBTT”. (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

Apesar de as normativas educacionais apresentarem uma discussão sobre gênero e sexualidade, lutamos contra o conservadorismo de uma parte da sociedade que tratam desse debate usando a ideia da doutrinação ideológica, alegando que grupos como o LGBT querem de alguma maneira “induzir” as escolhas da população em geral. Argumentamos que gênero não pode ser limitado a masculino e feminino, mas que suas definições são produtos históricos desenvolvidos socialmente. Partindo desse pressuposto, reputamos a necessidade de a escola está amparada pelas normativas educacionais que discutam não apenas a utilidade de trabalhar gênero e sexualidade na sala de aula, mas que o/a profissional escolar tenha formação continuada adequada e esteja preparado/a para tratar das questões vigentes.

3 APRESENTANDO AS NORMATIVAS EDUCACIONAIS ACERCA DE SEXUALIDADE E DE GÊNERO

No presente capítulo, discutiremos as questões acerca das políticas educacionais da identidade de gênero e sexualidade a fim de conhecermos as orientações e determinações constituintes desses documentos, ao nível de ensino fundamental, em sua primeira fase. Buscaremos tratar dos principais documentos norteadores da educação do nosso país e, de como as questões vinculadas a gênero e sexualidade, são ou não são tratadas nestes. Reiteramos que consideramos de extrema importância essa análise uma vez que estas normativas que irão garantirão a alunos/as e profissionais da educação, acesso a indagações sobre todas as dúvidas e tabus que permeiam esse tema.

A partir da explanação feita acima, no sentido de uma educação igualitária, cujas práticas promovam a geração de oportunidades para alunos e alunas, destacamos que a LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação) 9394/96 (BRASIL, 1996) versa sobre uma educação para o ser humano. No artigo 2º do PNE 2014/2024 (BRASIL, 2014) o inciso III trata da superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. No entanto, o cenário atual nos mostra que não apenas a discriminação existe, como se apresenta na forma de violência.

3.1 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Partimos do documento que norteia todas as leis do nosso país, a Constituição Federal, em seu artigo 3º e inciso IV é afirmado que “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (Brasil, 1988).

Nesta perspectiva, chamamos a atenção para o artigo acima, a fim de ligar a nossa Carta Magna as demais normativas, que conforme dito nasceu com o propósito de promover e garantir uma sociedade mais justa e igualitária e, a partir da qual foram criadas as normativas específicas para a educação que analisamos abaixo.

A LDB (BRASIL, 1996) é a mais importante lei brasileira no que se refere à educação, aprovada em dezembro de 1996 é composta por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até ensino superior.

O artigo 26 que trata sobre o currículo da educação infantil, ensino fundamental e médio, afirma

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, p.20)

Neste mesmo artigo os incisos 7 e 9 apontam; § 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o *caput*.

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o *caput* deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (BRASIL, 1996, p.20)

O documento não é preciso quanto às questões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade. Desta maneira, percebemos que o documento não oferece uma orientação precisa acerca da tão importante temática no desenvolvimento infantil e adolescente quando indica da prevenção de todas as formas de violência, pois se quer são citadas formas de apresentação de violências, como se espera de um documento deste porte, o qual sabidamente, é a grande referência das Normativas Educacionais do país.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi alterada em 2003 e 2008 com a inclusão da história afro-brasileira e indígena, porém mais uma vez os temas gênero e sexualidade não foram sequer citados, apesar destes artigos serem escritos no sec. XXI. Portanto, após a existência de um arsenal de publicações científico-acadêmicas, tratando da absoluta necessidade do conhecimento sobre os temas pelos/as profissionais da educação e, a vinculação de sua ignorância com a geração de comportamentos violentos na escola.

Cruz e Dal'Igna (2015) em sua pesquisa sobre gênero e currículo na formação inicial docente, discutem a dicotomia existente entre o currículo de papel e o currículo em movimento o que segundo as autoras separa teoria e prática. O currículo não pode ser separado nesta dimensão. Louro (2001) afirma que o currículo dentre outros mecanismos de ensino, representa o lugar das diferenças de gênero. Reiteramos a suma

importância da formação profissional para que estes não se tornem agentes reprodutores de uma cultura homofóbica, através de práticas muitas vezes impensadas trazidas de seu próprio censo comum, sobre o que é considerado certo e errado.

Vejamos o que a LDB nos apresenta

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras. (BRASIL, 1996, p. 21).

Percebemos mais uma vez a lacuna deixada ao não tratar das questões que envolvem identidade de gênero e sexualidade, cabendo ao profissional da educação abordá-lo ou não, de acordo com sua concepção sobre os temas. Nesse sentido, concordamos com Louro quando afirma “A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”.” (LOURO, 1997, p. 81). Quando a escola passa a negar aos/as estudantes, o debate sobre questões vinculadas à sexualidade, silencia algo que está vinculado à própria existência a humana.

3.2 PNE - Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional da Educação (PNE), (BRASIL, 2001) foi criado com vistas a determinar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos 10 anos seguintes à sua criação que prevalece por uma década o que corresponde ao decênio de 2001-2011. Em 2001 o PNE citava em um dos seus objetivos a promoção de uma sociedade igual no que diz respeito a gênero e sexualidade, citava entre outras questões a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos e a obrigatoriedade da discussão em cursos de formação de professores/as de temas como gênero e sexualidade. Apresentamos a seguir trechos do PNE (2001-2011):

11. Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio. (BRASIL, 2001)

Sobre a obrigatoriedade nos cursos de formação de professor o documento discute a “Inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia nos programas de formação” (BRASIL, 2001).

Com tais afirmações claras, na publicação do documento relativo ao período de 2001-2011, percebemos a preocupação de um olhar voltado para as minorias discriminadas e excluídas nas escolas.

Em 2014 esse documento foi substituído por um novo PNE (2014/2024) em que as questões de gênero e sexualidade, sequer foram citadas. Silvino e Henrique (2007) afirmam que os argumentos utilizados para defender a proibição da discussão de gênero e sexualidade nas escolas, trazem consigo várias implicações, principalmente nas relações de gênero do próprio ambiente escolar. Ao mesmo tempo, destacamos que a escola quando se exime desse discurso, colabora com a ideia do patriarcado e com as demais formas de discriminação.

O atual PNE tem vinte metas, dividido em sub grupos que apresentam objetivos específicos para cada nível de ensino ou especificidades a serem perseguidas, quais sejam: Meta 1 – Educação Infantil, Meta 2 – Ensino Fundamental, Meta 3 – Ensino Médio, Meta 4 – Inclusão, Meta 5 – Alfabetização Infantil- Meta 6 – Educação Integral- Meta 7 – Qualidade da Educação Básica/IDEB-Meta 8, Elevação da escolaridade/Diversidade, Meta 9 – Alfabetização de jovens e adultos, Meta 10 – EJA Integrada, Meta 11 – Educação Profissional, Meta 12 – Educação Superior, Meta 13 – Qualidade da Educação Superior, Meta 14 – Pós-Graduação, Meta 15 – Profissionais da Educação, Meta 16 – Formação, Meta 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério, Meta 18 – Planos de Carreira, Meta 19 – Gestão Democrática, Meta 20 – Financiamento da Educação.

De maneira geral, observamos que o primeiro grupo diz respeito à garantia e dos direitos a educação básica de qualidade. O segundo grupo trata da redução das desigualdades e à valorização da diversidade. O terceiro bloco trata da valorização dos profissionais da educação e o quarto bloco refere-se ao ensino superior. Sua estrutura é organizada em metas que se subdividem em estratégias para alcançar seus fins. Assim

este novo PNE referente ao decênio 2014-2024 está organizado em 10 diretrizes conforme explicitamos abaixo:

I – Erradicação do analfabetismo. Nesta diretriz o documento apresenta o trabalho do governo junto aos municípios quanto à garantia da construção de creches, manutenção de prédios e educação em tempo integral garantindo que toda criança e jovem estejam na escola.

II – Universalização do atendimento escolar; os objetivos são manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo, universalizar o ENEM, realizar uma busca dos alunos/as que estão fora da escola.

III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, conforme segue

3.8) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. (BRASIL,2014).

Na diretriz acima deste documento, percebemos a atenção se volta para variadas formas de discriminação e, a garantia do estado em acompanhar e monitorar esse tipo de comportamento. Mais adiante, especificamente no item 3.13 o documento sugere: “Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2014). Assim sendo, notamos que embora o documento trate de questões relacionadas ao combate à discriminação, não cita a necessidade do debate sobre questões de gênero e sexualidade, dentro do âmbito escolar nem trata da formação docente .

IV – Melhoria da qualidade da educação.

V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

VII – Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país.

VIII – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.

IX – Valorização dos/as profissionais da educação.

X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

No ano de 2014, durante a tramitação no Congresso Nacional da PNE, a questão de gênero foi retirada do texto original. Na ocasião, as bancadas evangélicas e conservadoras, afirmaram que as expressões utilizadas no documento colocavam em evidência uma “ideologia de gênero,” expressões que desfigurariam os conceitos de homem e mulher, colocando em risco o modelo de família tradicional. (HENRIQUE E SILVINO, 2017, p.7).

Por se tratar de um documento orientador ao desenvolvimento, pluralidade e respeito aos direitos humanos claramente explícitos, esperávamos que houvesse destaque nas questões de gênero e sexualidade, entretanto, embora este último item trate do respeito à diversidade humana, o documento não aborda tais questões e não faz alusão à necessidade do diálogo nas escolas com foco a conscientização e propagação do respeito mútuo e do reconhecimento das pluralidades humanas, prática absolutamente reafirmada há algum tempo, pela literatura científica.

Em seu artigo publicado no CONEDU (Congresso Nacional de Educação) Azevedo, Costa e Paiva (2015) trazem falas muito significativas dos pais de alunos a respeito da falsa propagação da ideologia de gênero, o que pode ter contribuído para a pressão da retirada das questões de gênero e sexualidade no novo PNE. Vejamos o trecho presente no artigo de Azevedo, Costa e Paiva

Apresentando um discurso tendencioso, a bancada conservadora consegue manipular informações, prova disso são os discursos de alguns pais/mães: “minha preocupação é que os meninos e as meninas serão obrigados a dividir o mesmo banheiro” (relato de uma mãe que foi assistir audiência pública); “Homens e mulheres são diferentes. Essa ideologia quer dizer que todo mundo é igual. Isso é coisa do satanás” (relato de um pai que foi assistir à audiência pública). Lógico que essas informações não são verídicas, e partem de um pensamento de senso comum. Segundo uma militante do movimento em defesa da discussão de gênero nas escolas: “o tema está sendo debatido por meio de opinião de senso comum, e estas opiniões não fazem as leis, ou pelo menos não deveria fazer” (relato colhido na primeira reunião de mobilização). (AZEVEDO, COSTA e PAIVA, 2015)

3.3 PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs (BRASIL, 1997) têm por objetivo estabelecer uma referência curricular nacional, para construir um parâmetro nacional de conteúdos desde a educação infantil até o ensino médio. Os PCN's são diretrizes

elaboradas pelo governo federal para orientar a educação. Os documentos são separados por disciplinas, além de dividir rede pública e privada, embora sem caráter obrigatório.

Os PCN's estão divididos em 10 volumes, estando organizando da seguinte maneira: Volume 1 - Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Volume 2 - Língua Portuguesa, Volume 3 – Matemática, Volume 4 - Ciências Naturais, Volume 5 - História e Geografia, Volume 6 – Arte, Volume 7 - Educação Física, Volume 8 - Apresentação dos Temas Transversais e Ética ,Volume 9 - Meio Ambiente e Saúde, Volume 10 - Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Desde sua criação em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais, sofreram duras críticas por tratar de gênero e sexualidade de maneira explícita. Os volumes 8 e 10 tinham como tema, respectivamente “Apresentação dos temas transversais e ética, “Pluralidade cultural e orientação sexual”. No volume 10 os PCN's apresentavam a discussão sobre o “corpo: matriz de sexualidade” e “relações de gênero”.

No Brasil, essa é a primeira vez que o tema orientação sexual é indicado como tema transversal e, é oficialmente inserido no currículo escolar nacional. Todavia, em referência a todo processo enfrentado pela resistência dos temas gênero e sexualidade no âmbito escolar, destacamos que seu primeiro passo foi desvincular a orientação sexual de crime, muito embora ainda permanecesse por longo tempo, ligada à doença. Erradamente como vimos na discussão do capítulo 1.

No Brasil, a inserção da educação sexual na escola operou-se nos anos 20 e 30, a partir de um deslocamento no campo discursivo sobre a sexualidade de crianças e adolescentes, os problemas de “desvios sexuais” deixam de ser percebidos como crime para serem concebidos como doenças. A escola passa a ser tida como um espaço de intervenção preventiva, transmitindo a importância da higiene, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos “normais”. (SANTOS, 2016, p. 26)

Sob essa perspectiva é que as escolas começaram a incluir no seu currículo o debate sobre gênero e sexualidade, mas de maneira vaga, limitando a discussão a prevenção de DST's ou gravidez precoce. Para Britzman

A educação sexual tornou-se, pois, o lugar para trabalhar sobre os corpos das crianças, dos adolescentes e das professoras. A mudança para uma pedagogia de produção da normalidade e a ideia de que a normalidade era um efeito da pedagogia apropriada e não um estado a priori tornou-se, essencialmente, a base para o movimento higienista

social chamado “educação sexual” (BRITZMAN, APUD, VARELA e RIBEIRO, 2017, p. 21).

Nesse sentido, tratar de questões vinculadas à sexualidade deixa aqui de ser uma questão ligada a disciplinas isoladas e com fins higienistas. A ideia é que todas as disciplinas possam contemplar os temas, trazendo o diálogo para a sala de aula de maneira que crianças e jovens compreendam a sexualidade como algo natural ao humano, na perspectiva de quebrar tabus envolvidos na discussão.

Segundo Jane Felipe

Apesar da relevância dessas iniciativas, considero fundamental ampliar estudos e pesquisas que possam dar conta de outras discussões em torno da sexualidade, enfatizando os aspectos culturais e sócio-históricos aí envolvidos. Desse modo, não só a disciplina de biologia, mas outros campos do conhecimento, como geografia, história, matemática, física, química, língua portuguesa, literatura, artes, educação física, religião, a partir de suas especificidades, poderiam contribuir significativamente, de modo a desenvolver uma educação para a sexualidade para além dos limites restritos da prevenção (Jane FELIPE, 2007, p. 80)

O volume 8 intitulado Temas Transversais, e 10 intitulado Orientação Sexual dentro dos PCN's, está dividido em duas partes. A primeira parte fala da importância de incluir Orientação Sexual como tema transversal nos currículos em consonância com docentes e a escola. A segunda é formada por blocos com orientações para trabalhos no que diz respeito à Orientação Sexual.

Na justificativa do documento encontramos a relevância dada a se discutir sexualidade na escola

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. (BRASIL, 1997, p.292)

Sobre o trabalho de orientação sexual na escola o documento afirma

A escola, ao definir o trabalho com Orientação Sexual como uma de suas competências, o incluirá no seu projeto educativo. Isso implica uma definição clara dos princípios que deverão nortear o trabalho de Orientação Sexual e sua clara explicitação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos. Esses princípios determinarão desde a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos. A coerência entre os

princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho. (BRASIL, 1997, p. 299)

Sobre a relação família e escola os PCN's indicam

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação.

3.4 RECNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

O RECNEI é um documento elaborado em 1998 pelo Ministério da Educação, (BRASIL, 1998) que tem como objetivo auxiliar o professor de educação infantil, entretanto seu uso não é obrigatório, como dito em seu título trata-se de um referencial orientador. O documento está dividido em três volumes sendo um guia com orientações que deverão servir de base para discussões entre profissionais. Os objetivos delineados são a contribuição às práticas educativas que consideram a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural e cultura das crianças brasileiras. Sua organização se apresenta da seguinte forma:

- Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.
 - Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças.
 - Um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. (BRASIL, 1998)

No volume I do documento encontramos a seguinte afirmação sobre os diferentes tipos de família

A pluralidade cultural, isto é, a diversidade de etnias, crenças, costumes, valores etc. que caracterizam a população brasileira marca, também, as instituições de educação infantil. O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de

horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. Assumir um trabalho de acolhimento às diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias significa valorizar e respeitar a diversidade, não implicando a adesão incondicional aos valores do outro. (BRASIL, 1998, p. 97).

Em vista disto, podemos perceber que o documento norteia os professores para um trabalho com os diferentes tipos de família fazendo com que a criança perceba as diversidades de modelos de família, aprendendo assim a ter respeito pela pluralidade. Já o volume 2 do documento, trata sobre a formação pessoal e social e apresenta um capítulo intitulado “Expressão da Sexualidade” em que apresenta a sexualidade na vida da criança e suas descobertas, que não devem ser encaradas com algo anormal.

A relação das crianças com o prazer se manifesta de forma diferente da do adulto. Em momentos diferentes de sua vida, elas podem se concentrar em determinadas partes do corpo mais do que em outras. A boca é uma das regiões pela qual as crianças vivenciam de modo privilegiado sensações de prazer, ao mesmo tempo em que se constitui em recurso de ação sobre o mundo exterior. Para um bebê, o sugar está presente tanto nos momentos em que mama ou é alimentado, como quando leva à boca objetos que estão ao seu alcance ou partes de seu corpo. Nesse contexto, a mordida pode ser entendida, também, como uma ação sobre o meio. Também nessa fase, as crianças descobrem o poder que têm por meio de suas reações de recusa ou aceitação do alimento que lhe oferecem. (BRASIL, 1998, p.17)

Assim o documento traz em seus conteúdos, clássicos referências de autores da psicologia do desenvolvimento como L. Vygotsky, J. Piaget e S. Freud fartamente discutidos e inseridos na formação docente, quanto à relevância do prazer na vivência infantil e sua condição de pré-requisito para os desenvolvimentos psíquicos, físicos e sociais. Além disso, alerta para a necessidade de não encarar os toques e tentativas de descobertas da criança como atitude errada, criando uma espécie de culpa em que a descoberta deveria ser naturalizada.

A reação dos adultos às explorações da criança de seu próprio corpo e aos jogos sexuais com outras crianças lhe fornecem parâmetros sobre o modo como é vista a sua busca de prazer. Esse contexto influencia seus comportamentos atuais e a composição de sua vida psíquica. A recepção dos adultos a suas explorações ou perguntas ligadas à sexualidade podem suscitar diferentes reações, desde atitudes de provocação e exibicionismo até atitudes de extremo retraimento e culpa. Tanto nas famílias como na instituição, as explorações sexuais das crianças mobilizam valores, crenças e conteúdos dos adultos, num processo que nem sempre é fácil de ser vivido. Sobretudo se virem na curiosidade e exploração das crianças uma conotação de promiscuidade ou manifestação de algo “anormal”. A tendência é que, quanto mais tranqüila for à experiência do adulto no plano de sua

própria sexualidade, mais natural será sua reação às explorações espontâneas infantis. (BRASIL, 1998, p. 18)

Assim, percebemos a importância do papel da família considerando suas crenças, sejam essas religiosas ou não, costumam expressar estranheza ao vivenciar as descobertas infantis da sexualidade, tendendo a reprimir a criança e orientando à acreditar está fazendo algo errado. Segundo Costa e Silva

O documento enfatiza a importância da socialização na Educação Infantil, pois promove a interação social, considerada essencial para a construção da identidade, uma vez que possibilita conhecer a diferença no outro, o que implica também o conhecimento de si. O principal argumento do documento é que para construir a identidade e autonomia a criança precisa conhecer o outro para entender o que os torna comum e o que lhes particulariza, sobretudo, a partir da diferença. Essa ideia está em consonância com as perspectivas de identidade apresentadas anteriormente. (COSTA e SILVA, 2015, p. 8)

A autora ainda conclui afirmando que

Sobre a separação por sexo, o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 20) afirma que esta se dá de forma “espontânea” pelas crianças: “por volta dos cinco e seis anos, a questão do gênero ocupa papel central no processo de construção da identidade. Isso se reflete nas ações e interações entre as crianças, que tendem a uma separação espontânea entre meninos e meninas”. Porém, o espaço físico das instituições de Educação Infantil é organizado de forma planejada para atingir determinados objetivos (inclusive expostos no referido documento) e um deles é a interação; o documento fornece orientações didáticas aos/as professores/as para promoverem a interação entre as crianças de forma não discriminatória, bem como são orientados/as também a intervirem (de forma planejada) nas atividades para assegurar o desenvolvimento das crianças (COSTA e SILVA, 2015, p. 10).

Concluindo esta análise, damos conta que a relação entre a vivência e a experiência de desenvolvimento da identidade de gênero desde a infância, está intimamente ligada com o espaço escolar e suas formas de convívio, especialmente no que diz respeito a como se dão as interações entre essas crianças. São territórios muito propícios à quebra de paradigmas e de modificação de formas discriminatórias do ser menino e do ser menina.

4 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O presente trabalho tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, focada no tema gênero e sexualidade no âmbito escolar, a sombra das normativas educacionais, nas quais buscamos analisar os documentos LDB, PNE, PCN'S, RECNEI, o Projeto de Lei Escola sem Partido e o BSH durante o período de 2010 a 2018 com vistas a contemplar o estudo de todos os documentos apresentados delimitamos o tempo para um período de 8 anos. Nesta perspectiva o presente trabalho assume a abordagem qualitativa apresentada por Minayo como

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2001, p. 22).

Dessa maneira a pesquisa qualitativa vai estudar as particularidades em suas experiências individuais o propósito da pesquisa qualitativa, portanto, não é observar a quantidade e sim o comportamento de determinado grupo, através da pesquisa qualitativa buscamos também entender o porquê de certas coisas.

Para realização da pesquisa fizemos um levantamento de trabalhos sobre o tema proposto, relacionando-o a um estudo das normativas nacionais para educação ao nível fundamental, que abordam gênero e sexualidade. Nesse sentido o trabalho privilegiou a pesquisa bibliográfica com análise documental. Segundo Fonseca

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica procurar explicar e discutir um tema com base e referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos, e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema. (MARTINS, 2001). Bardin apresenta a análise temática como

A Análise Temática tradicional trabalha inicialmente esta fase, recortando o texto em unidades de registro que podem constituir palavras, frases, temas, personagens e acontecimentos, indicados como relevantes para pré-análise. Posteriormente, o pesquisador escolhe as regras de contagem por meio de codificações e índices quantitativos. Finalmente, o pesquisador realiza a classificação e a agregação dos dados, escolhendo as categorias teóricas ou empíricas, responsáveis pela especificação do tema (BARDIN, 1977).

Para Minayo (2007), somente a partir daí, o analista propõe interferências e realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugerida pela leitura do material.

5 CONCLUSÃO

Durante essa pesquisa consideramos importante trazer os termos sexualidade, gênero e identidade de gênero por diversas vezes, justificando assim que antes de discutir sua importância no âmbito escolar, é importante conhecermos suas etimologias e os sentidos atribuídos aos mesmos.

No decorrer da pesquisa nos deparamos com números e informações as quais reafirmaram conhecimentos existentes e, que foram ratificadas ao longo do trabalho. Os preconceitos existentes acerca do debate de gênero e sexualidade escolar sustentam discursos tradicionalistas de um único modelo de família, reafirmam o patriarcado, encontrando meios de justificar o feminicídio e as múltiplas práticas sexistas, recorrentes, principalmente quando as mulheres avançam em suas relações de poder e, ocupam espaços sociais superiores, o que reforça os estereótipos de supremacia heteronormativa.

O debate sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar é uma questão ainda complexa, sobretudo num país que vem se envolvendo em discursos costumeiros arraigados em teses de que existem padrões normativos a serem seguidos, desrespeitando a diversidade humana do país, bem como sua laicidade regida pela Constituição brasileira.

A discriminação quanto a gênero e sexualidade precisa ser discutida. Para isso é necessário que esteja amparada pelas normativas educacionais que garantam ao profissional da educação o direito e o dever de tais ações. O Brasil sendo o país que mais mata homossexuais no mundo e que apresenta números alarmantes quanto as violências sexuais, não pode omitir-se e nem negar o papel da escola nesse contexto.

A constituição como documento primário norteador das leis no país, trata de promover o bem a todos/as sem quaisquer forma de discriminação. Todavia, na contemporaneidade notamos e acompanhamos via mídias em geral que essa “garantia” não é respeitada. Práticas como feminicídio, homofobia, racismo e diversos outros preconceitos são notícias constantes. Mais alarmante é saber que esse tipo de preconceito é disseminado na sociedade com discursos de ódio, onde as minorias sociais são tratadas com indiferença quanto à garantia de direitos, muitas vezes legalizados.

O PNE 2001 citava em seu texto questões vinculadas a gênero e sexualidade o que apresentou um grande avanço, no entanto, em 2014 como vimos, esse documento

foi substituído por um novo PNE em que essas questões sequer foram citadas. Assim, percebemos o grande retrocesso, uma vez que a partir do momento em que tais temas já faziam parte do primeiro documento, cabia à organização da sua nova edição aprofundá-las, considerando seu alcance referencial na estrutura educacional do país.

A LDB emite uma orientação mais generalista, não sendo explícita quanto ao temas em foco; Os PCN's deram um enorme salto ao tratar de maneira explícita de gênero e sexualidade nos volumes 8 e 10. Apesar disso, os temas ainda flutuaram nas escolas com debates que se limitavam a DST's e gravidez precoce. O estado pretende com o documento, garantir no sentido de orientação à todas as escolas, que esses temas sejam abordados, em contrapartida, o próprio estado oportuniza poucos cursos de formações aos profissionais, que dependem grande estrutura externa que garanta sua liberdade, sobretudo no contexto atual. As mesmas críticas podem ser feitas ao RECNEI, que trata dos diferentes tipos de família, do toque no corpo da criança, mas ao mesmo tempo não trata do profissional em sua formação e material necessário para abordar as questões indicadas.

O programa Brasil sem homofobia configurou um grande salto no que toca as questões vinculadas a gênero e sexualidade, para além de tratar do cuidado com o/a estudante, o programa preocupou-se com o profissional envolvido e com o material que esse profissional fará uso. E, importante ressaltar que as questões não aparecem apenas vinculadas a DST's ou gravidez precoce, elas vão além. Apresentam vídeos em que o adolescente apresenta um certo desconforto quanto a sua orientação sexual e não está preocupado em "induzir" as escolhas de outros jovens. Os vídeos mostram que independente de sua orientação identitária, o adolescente deve ser respeitado, afinal, sua relação com o corpo e o do outro é algo que naturalmente acontecerá e, que em nada mudará sua relação com a sociedade em si.

Destacamos o projeto de lei, Escola sem Partido que tramita a poucos passos de ser aprovado, como um enorme regresso. A todo o momento na nossa pesquisa, mostramos a preocupação com o que as normativas garantem não apenas a criança e o jovem, mas ao profissional que por tantas vezes é atacado. O projeto em questão desmerece o trabalho docente e afronta sua autonomia em sala de aula. O projeto fere os/as profissionais da educação quando limita sua aula, quando o/a impede de instigar a criticidade. Além disso, existe a pauta da proposta de retirar do currículo disciplinas como filosofia e sociologia, o que coloca o/a estudante em situação de ser passivo em um ambiente limitado.

O já indicado pelo presidente eleito, futuro Ministro da Educação, apresenta diversas críticas ao que chama de “ideologização nas escolas”, o ministro fez duras críticas à atual orientação dos documentos discutidos neste trabalho e classificou o Brasil como um país conservador constituído de valores tradicionais, ligados à preservação da família e da moral humanista, indicando seu total apoio ao projeto Escola sem Partido. Por consequência, entendemos ser o mesmo um forte apoiador da retirada do debate de gênero e sexualidade em sala de aula. O futuro governo tem o apoio da bancada evangélica que se configurou a maioria nesta última eleição, o que indica grandes possibilidades de aprovação do projeto.

Entretanto, percebemos avanços durante o período estudado nos campos das Normativas Educacionais do governo, como a inclusão dos temas em foco anteriormente inexistentes, apesar de considerarmos pequenos, sobretudo quando registramos as muitas resistências presentes. Apontamos limitações como observado que o estado parece citar nos seus documentos temas voltados a gênero e sexualidade apenas para não deixá-los de fora; os documentos ainda fazem citações muito flutuantes. Sob ressalva, citamos o programa BSH o qual apresentou avanços, mas que rapidamente foi barrado e impedido do conhecimento das escolas e sociedade em geral, portanto, sua prática foi extinta. Concluimos por fim, que a luta das minorias encontram-se num momento tenso da história do país, em que regredir ainda mais é infelizmente, possível e, que os avanços se tornam cada vez mais difíceis, diante dos atuais contextos histórico, político e social.

REFERÊNCIAS

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Manual de Comunicação LGBT. Disponível em: Acesso em: 03 nov. 2018.

ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-587, 2001.

ASSIS. Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012. Disponível em: file:///C:/Users/dhyri_000/Downloads/171-927-1-PB.pdf.

AZEVEDO, Aline Pereira de. COSTA, Dr. Ana Maria Morais. PAIVA, Pedro Henrique Azevedo da Silva. Gênero e sexualidade no P.N.E. (2014-2024): discursos e sujeitos no contexto Mossoroense. II CONEDU, Congresso Nacional de Pesquisa, 2015.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BOCK, A. M. et al. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In *Categraphies of Diaspora: Contesting Identities*. Ed. Routledge, London/New York, 1996.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI). Volumes. 1,2,3. (Reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, Formação pessoal e social e Ambito de experiência, conhecimento de mundo). Ministério da educação e do desporto. Brasília: mec/sef, 1998.

BRASIL, Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Constitucional de 05 de Outubro de 1988.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, DF, 2018. Esclarecimentos sobre informações falsas veiculadas nas eleições nas eleições 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

CADERNO SECAD 4 – Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, DF: SECAD, 2007.

CARVALHO, M.; Ismael, e. Melo, R.. Roteiros de gênero: a pedagogia organizacional e visual gendrada no cotidiano da educação infantil. in: 31a Reunião anual da ANPED, 2008, caxambu. 31a reunião. Anual ANPED 2008.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COSTA E SILVA Francisca Jocineide da. Construções de identidade de gênero na primeira infância: uma análise da produção científica e do RCNEI. ANPED, p.17, UFPB, 2015.

COSTA E SILVA, Francisca jocineide da. Construções de identidade de gênero na primeira infância: uma análise da produção científica e do RECNEI. 37ª Reunião Nacional da ANPED – UFSC – Florianópolis, 2015.

CRUZ, Éderson da. DAL'IGNA, Maria Cláudia. Gênero e currículo: uma análise desta (des)articulação na formação inicial de docentes. 37ª Reunião Nacional da ANPED – UFSC – Florianópolis, 2015.

Do populismo ao golpe, Educação no Brasil autoritário. Disponível em<<https://dopopulismoaogolpe.wordpress.com/>>Acesso em: 01 nov.2018.

FELIPE, Jane. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri

Rosane Santos; SOUZA, Nádya Geisa S.; GOELLNER, Silvana; FELIPE, Jane (org). Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, M. História da sexualidade.19.ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. História da sexualidade.19.ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

<<http://www.programescolasepartido.org/>> Acesso em: 03 out.2018.

FOUCAULT. M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Da UERJ; da LPP, 2017.144 p.

GESSER, Marivete. LIZ, Ingrid Farias de. Concepções de gênero e de sexualidade e suas influências na constituição das práticas no campo da saúde sexual e reprodutiva em uma unidade de saúde do município de Lages/SC. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

GOUVEIA, R.; ISMAEL, E. e CAMINO, L. Equidade de Gênero e Diversidade Sexual. In: Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. Gentle, I.; Zenaide, M.N. e Guimarães V. (Orgs.) . João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. pg. 79-92

GUIMARÃES, Isaura. Educação Sexual na Escola: mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a Educação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3858.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

HENRIQUE, Tázia Renata Peixoto Gondim. SILVINO, Dariana Maria. A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS: uma abordagem necessária. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz/ Maranhão, 2017.

LOURO, Guacira Lopes (2009). “Heteronormatividade e homofobia”, in: JUNQUEIRA, Rogério (org). Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/ UNESCO.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Proposições*, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008. Disponível em. Acesso em: 3 nov. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008b.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, dez. 2007.

MARTINS, G. A. & Pinto, R.L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos, São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Natália Andreoli, Plano Nacional de Educação 2014-2024 As perspectivas tecnológicas nas escolas. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 489-503, jul./dez. 2014. Disponível em: < <http://www.esforce.org.br/>>

ROSEMBERG, F. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. Cadernos Pagu, Rio de Janeiro, v.16, p.151-197, 2001.

SANTOS, Rosanalia Sthefanie Norberto dos. Educação para sexualidade: uma abordagem necessária. Monografia (Licenciatura em Pedagogia, UFPB, João Pessoa, 2016).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

VARELA, C. M.; RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. Questões de Gêneros na Escola: Potencialidades para Pensar uma Educação Menor. INTERMÉDIO (UFMS). , v. 23, p.15 - 37, 2017.

VIANA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.